

Pescas geram polémica na Assembleia Regional

O PS considerou ontem que o Governo Regional dos Açores está a conduzir o setor das pescas para uma “situação insustentável”, mas o PSD discorda e diz que “não está tudo mal”.

“O setor das pescas nos Açores debate-se com uma situação muito preocupante, que ameaça a sustentabilidade económica e social de toda a fileira”, disse o deputado socialista Gualberto Rita numa interpelação ao executivo sobre incumprimentos no setor.

Segundo o parlamentar, a pesca “é uma atividade central nos Açores, que impacta sobre famílias e empresas, mas os incumprimentos por parte do Governo Regional têm vindo a adensar as dificuldades que afetam profundamente pescadores, empresas, associações e toda a economia regional”.

Como principais problemas, apontou o atraso no apoio ao seguro relativo a 2023, o preço do gasóleo, o não cumprimento da implementação do Plano Estratégico de Reestruturação do Setor da Pesca, por existirem empresas de comercialização de pesca que aguardam pelo pagamento de apoios no âmbito da Covid-19 e por a indústria conserveira não ter recebido os apoios previstos no POSEI para 2021, 2022 e 2023.

“Pela sucessão de falhas, promessas não cumpridas e ausência de medidas eficazes, o Governo Regional está a



conduzir o setor das pescas para uma situação insustentável, comprometendo o presente e o futuro das comunidades piscatórias dos Açores”, afirmou.

No debate, Jaime Vieira (PSD), respondeu que “há coisas que estão menos bem”, o que acontece em qualquer setor, mas “há muita coisa que está melhor” do que no passado, com a governação socialista: “Em 20 anos de governação [do PS], o que foi feito?”.

Para o social-democrata, “não está tudo mal”, os problemas continuam a existir, mas são estruturais e “levam tempo” a corrigir, por aquilo que não foi feito no passado.

“Do que precisamos é de uma estratégia certa, correta e com futuro para que se continue a ver futuro nas pescas. Há certos atrasos de pagamentos, reconhecemos, mas tem muito a ver

com a alteração dos quadros comunitários”, concluiu.

Catarina Cabeceiras (CDS-PP) disse que a pesca é importante para a Região por questões económicas e sociais e os desafios são muitos, mas através do Governo Regional têm sido feitos “importantes avanços em algumas matérias”.

Por sua vez, o parlamentar do PPM Paulo Margato salientou que “é um dos setores fundamentais” da economia açoriana e o executivo regional tem realizado uma “gestão responsável e estruturante”.

Olivéria Santos (Chega) afirmou que o setor “parece ter sido deixado à deriva, tal como um barco sem rumo” e “não há qualquer garantia de que o setor das pescas é um setor prioritário” para o executivo regional, o que torna a profissão “menos apelativa” para as gerações mais jovens.

O deputado António Lima (BE), por sua vez, considerou que o executivo tem “falta de respeito e consideração” pelo setor e falou de atrasos nos pagamentos do POSEI, tendo perguntado: “Até quando o governo vai continuar a prometer pagar aquilo que não pagou e quando é que paga?”.

Pela IL, Nuno Barata, lembrou que o setor foi sempre muito dependente dos subsídios do Governo Regional e das entidades europeias, daí que considere que 2031 será “um ano de viragem”. “Temos que olhar para isso com muita atenção e sentido de responsabilidade”, alertou.

No debate, onde se escutaram intervenções de vários deputados, o secretário regional do Mar e Pescas, Mário Rui Pinho, referiu que o setor tem “uma nova economia emergente”, que o PS não apoia, indicando que o executivo tem desenvolvido “pesados investimentos na economia azul”.

Também desafiou o socialista Gualberto Rita a identificar um armador e um comerciante a quem o Governo Regional deva o POSEI de 2021 a 2023, afirmando que “é preciso desmontar esse populismo, a falsidade, a mentira” que o maior partido da oposição tem promovido.

O governante alertou ainda que o plano de reestruturação das pescas “não é um livro cor-de-rosa, é azul”, referindo que é o setor que vai definir o futuro.

Governo anuncia plano para combater falta de docentes

Um plano de priorização da lecionação vai ser desenvolvido nos Açores para combater a falta de docentes, contemplando incentivos à fixação, alterações ao concurso de pessoal e a gestão dos professores excedentários, anunciou o Governo Regional.

O plano, como explicou a secretária regional da Educação, Cultura e Desporto, Sofia Ribeiro, no que diz respeito aos incentivos à fixação docente, para as ilhas Santa Maria, Graciosa, São Jorge, Pico, Flores e Corvo “são definidos incentivos financeiros nos grupos de ensino e escolas em que foi necessário, em agosto de 2024, recorrer aos concursos” na Bolsa de Emprego Público dos Açores (BEPA) “por inexistência de candidatos no concurso centralizado”.

Estas ilhas “registaram, nos últimos três anos, as maiores taxas de contratação anual a termo”, afirmou Sofia Ribeiro, em conferência de imprensa realizada na cidade da Horta, ilha do Faial.

“Com a condição destas vagas corresponderem à necessidade de integração em lugares de quadro, será processado um apoio de 300 euros por mês, mais uma passagem anual de ida e volta ao abrigo da Tarifa Açores ou do Subsídio Social de Mobilidade”, frisou.

A governante adiantou que beneficiam deste apoio os docentes que “venham a ser colocados nas vagas identificadas, independentemente do seu vínculo contratual” e desde que “se comprometam a lá permanecer, num período mínimo de três anos, com uma assiduidade mensal não inferior a 75%”.

O apoio equivale ao montante de dois ordenados, processado anualmente, durante três anos e tem um custo máximo de mais de 500 mil euros, de acordo com a responsável política.

Sofia Ribeiro referiu, por outro lado, no que se refere à alteração do regulamento do concurso de pessoal docente, que vai ser dado início ao processo de negociação de revisão do regulamento, tendo sido apresentado aos sindicatos a respetiva anteproposta legislativa e uma calendarização que se inicia a 7 de março.

A titular da Educação explicou que vai ser proposta a criação de uma “primeira prioridade de colocações nos concursos interno, externo e contratação, para os docentes que, tendo usufruído dos incentivos à fixação explicados anteriormente, pretendam fixar-se na mesma ilha e grupo de recrutamento”.

No caso da obtenção de um lugar



de quadro, os docentes que usufruem desta primeira prioridade “devem permanecer nesse lugar durante um período não inferior a cinco anos”, salvaguardou.

É ainda proposta uma norma que determina a obrigatoriedade do cumprimento de, no mínimo, um ano de serviço docente na escola e grupo disciplinar em que se obtenha um lugar do quadro.

Sofia Ribeiro disse, ainda, que no caso da gestão dos docentes excedentários, o Governo dos Açores irá utilizar o mecanismo de transferência de docentes para unidades orgânicas onde se verifica a sua falta.

“Ou seja, identificada uma situação em que, numa escola onde haja mais professores do que o número de lugares de quadro definidos por lei,

e noutra escola, do mesmo concelho, haja déficit de docentes, a administração educativa procederá à transição do docente com menor graduação profissional”, afirmou.

A governante adiantou que este mecanismo “também é possível entre escolas de diferentes concelhos”, desde que “a distância entre as duas escolas dos dois diferentes concelhos seja inferior à distância das escolas do mesmo concelho”.

A Secretaria Regional “já começou a preparar uma segunda fase” deste plano de priorização da lecionação, “a ser implementada aquando da organização do próximo ano letivo, no processo de definição da distribuição de serviço, considerando os alunos e os cursos existentes”, concluiu Sofia Ribeiro.